

**GRAN**  
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

**Pós-Graduação em**  
**Ciências Jurídicas**  
**Aplicadas à Advocacia**  
**Privada**





# Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica .....	5
Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Privada .....	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo .....	7
Duração do curso .....	7
Matriz curricular .....	8
Conteúdo programático .....	10
FAQ do curso .....	15
Diferenciais tecnológicos .....	16
Ingresso .....	17

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas com alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.



# CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

**Cursos 100% EaD**  
compostos por três  
módulos, liberados  
progressivamente a cada  
60 dias.

Avaliação feita por disciplina  
no sistema de provas da Gran  
Faculdade, com sistema de notas  
em valores numéricos, numa escala  
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,  
considerando-se aprovado aquele  
que alcançar a nota mínima de 70  
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,  
com videoaulas, aulas  
interativas ao vivo, slides e  
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso  
opcional, conforme Resolução CNE/  
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Prof. Roberta Queiroz**  
Coordenadora

Mestra em Direito pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Graduada em Direito pela Universidade Católica de Brasília em dezembro de 2005. Foi professora universitária do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília. Docente nas disciplinas de Direito Civil e Direito Processual Civil desde 2007 para pós-graduação, preparatório de Exame de Ordem e concursos de carreiras jurídicas. Professora de cursos de aperfeiçoamento na advocacia em Direito Civil e Processo Civil na Escola Superior da Advocacia de Brasília – ESA/DF. Coordenadora do curso preparatório para o Exame de Ordem do Gran. Advogada e secretária-geral adjunta da OAB-DF (gestão 2022-2024).

# CIÊNCIAS JURÍDICAS APLICADAS À ADVOCACIA PRIVADA



A especialização lato sensu é imprescindível para a advocacia de quem tem o interesse no desenvolvimento das competências e habilidades ao exercício pleno e efetivo da advocacia privada, com raciocínio jurídico criativo e destinado à interpretação e aplicação do Direito, pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito, desenvolvendo capacidade para atuação eficiente nas demandas judiciais e extrajudiciais, propondo soluções em consonância com as normas fundamentais processuais e constitucionais.

## DESTAQUES DO CURSO

Dotar o advogado de noções sobre as diversas (principais) correntes filosóficas que se encontram na base da reflexão acerca das soluções consensuais dos conflitos na sociedade atual.

Aprimorar a leitura, a compreensão e a elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas atuais.

Dominar tecnologias e métodos para a compreensão e aplicação moderna do Direito.



## PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, exercentes da advocacia, bem como qualquer interessado na construção de uma nova atuação da advocacia privada.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Privada tem duração de seis (6) a 18 (dezoito) meses. Ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

# MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Tópicos Essenciais em Direito Constitucional	41h
02	Teoria Geral do Processo Coletivo I	21h
03	Teoria Geral do Processo Coletivo II	30h
04	Direito Administrativo	26h
05	O Papel da Advocacia na Formação dos Precedentes	6h
06	Marketing Digital; Contratualização de Honorários Advocatícios	6h
07	Comunicação e Oratória	11h
08	Tópicos Gerais em Direito Processual Civil	18h
09	Advocacia Trabalhista	16h
10	PJE-Calc	6h
11	Processo Judicial Eletrônico (PJE)	11h
12	Tópicos Essenciais em Penal	21h
13	Tópicos Essenciais em Direito Civil	21h
14	Tópicos Essenciais em Direito do Trabalho	21h
15	Defesa do Consumidor	16h
16	Técnicas de Negociação, Mediação e Procedimentos de Autocomposição	6h
17	Mecanismos Constitucionais para Efetivação de Direitos Frente às Novas Tecnologias	11h
18	Responsabilidade Civil e Dano Moral no Direito Digital	11h



19	Arbitragem (Aspectos Processuais)	6h
20	LGPD e Direito Digital	6h
21	Recuperação Judicial e de Crédito	6h
22	Direito Condominial na Advocacia	6h
23	Compliance na Advocacia – Gestão de Pessoas e Ética	6h
24	Direito Constitucional da Saúde	16h
25	Advocacia Eleitoral	11h
26	Advocacia Imobiliária	15h
27	Advocacia Extrajudicial	6h
28	Advocacia Criminal (Aspectos Processuais)	16h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>393h/a</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40h/a</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>433h/a</b>

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
<b>TÓPICOS ESSENCIAIS EM DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	Constituição Federal de 1988. Organização do Estado e organização dos poderes. Controle de constitucionalidade. Jurisdição constitucional. Jurisprudência do STF e do STJ.
<b>TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO I</b>	A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisprudenciais.
<b>TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO II</b>	A tutela coletiva de direitos no sistema processual brasileiro. Fundamentos e princípios constitucionais do processo coletivo. Ações constitucionais coletivas típicas: ação civil pública. Ação popular. Mandado de segurança – individual e coletivo. Perspectivas do Direito Processual Constitucional. Precedentes jurisprudenciais.
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	Introdução ao Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Administração Pública. Administração Pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração Pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Intervenção do estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Responsabilidade civil do Estado.

<b>O PAPEL DA ADVOCACIA NA FORMAÇÃO DOS PRECEDENTES</b>	Teoria dos precedentes judiciais. Ratio decidendi. Obiter dictum. Distinguish. Overruling. Sistemática da repercussão geral. Eficácia temporal das decisões do STF. Debate entre a teoria declaratória e a teoria constitutiva do direito. Jurisprudência. Súmulas vinculantes.
<b>MARKETING DIGITAL; CONTRATUALIZAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS</b>	Marketing. Marketing na advocacia. Contratos em geral. Contratos no Ministério da Advocacia.
<b>COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA</b>	Videoconferência. Concentração. Comunicação. Público. Roteiro. Tempo. Indumentária. Postura corporal. Voz (volume/ritmo/velocidade). Memoriais. Dinâmicas.
<b>TÓPICOS GERAIS EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	Petição inicial. Pedido. Audiência de conciliação/mediação. Tutelas provisórias. Resposta e réplica. Audiência de instrução. Recursos ordinários para os tribunais. Liquidação e cumprimento de sentença. Execução. Embargos de terceiro e embargos de devedor. Atos processuais eletrônicos. Processo eletrônico.
<b>ADVOCACIA TRABALHISTA</b>	Princípios do direito processual. Princípios constitucionais. Princípios do processo civil e do processo do trabalho. Competência e jurisdição. Petição inicial e resposta do réu. Audiência e provas. Sentença, coisa julgada e embargos declaratórios. Teoria geral dos recursos e recurso ordinário. Recurso de revista, agravo de instrumento, embargos para SDJ, agravo regimental. Ação rescisória e ação anulatória na justiça do trabalho. Execução: parte geral e liquidação. Execução, embargos à execução, agravo de petição, hasta pública. Execução de contribuições sociais na Justiça do Trabalho. Embargos à execução, agravo de petição, hasta pública. Tutelas de urgência no processo do trabalho.
<b>PJE-CALC</b>	Download, instalação e configuração do PJE-Calc. Principais funcionalidades do sistema. Atualização das tabelas de índices de cálculo. Importação e exportação de cálculos. Vantagens da padronização e portabilidade dos cálculos trabalhistas. Prática a partir de casos simulados.
<b>PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)</b>	Histórico do processo judicial eletrônico. Lei da informatização do processo judicial. MP da ICP-Brasil. Resolução CNJ da numeração processual unificada. Resolução CNJ da divulgação de dados processuais eletrônicos. Principais acordos de cooperação técnica entre CNJ e tribunais. Resolução CNJ do processo judicial eletrônico. Estrutura e composição dos comitês gestores do PJE. Características e diretrizes do processo judicial eletrônico. Efeitos do PJE para os operadores do direito. PJE e PJE-JT. Tabelas processuais unificadas – TPU. Certificação digital padrão ICP-Brasil. Formas de autenticação. Assinatura digital de documentos. Particionamento de arquivos. Protocolização de processos. Peticionamento eletrônico. Solicitação de habilitação nos autos. Consulta pública de processos. Consulta a processos não vinculados ao advogado. Consulta ao acervo processual. Consulta a citações e intimações. Ciência de ato judicial, resposta a expedientes judiciais.

<b>TÓPICOS ESSENCIAIS EM PENAL</b>	Aplicação da lei penal: anterioridade da lei, lei penal no tempo, lei penal no espaço. Teoria geral do crime: fato típico, ilicitude, culpabilidade, punibilidade, fases do crime, concurso de pessoas na prática de crimes. Teoria geral da pena: aplicação da pena, concurso de crimes, medidas de segurança, efeitos da condenação, reabilitação e ação penal crimes contra pessoa: crime contra a vida, lesões corporais, rixa, crimes contra honra. Crimes contra o patrimônio: furto, roubo e extorsão, dano, apropriação indébita, estelionato e outras fraudes, receptação crimes contra dignidade sexual: crimes contra a liberdade sexual, crimes sexuais contra vulnerável. Crimes contra a fé pública: moeda falsa, falsidade de títulos e outros papéis públicos, falsidade documental. Crimes contra a Administração Pública: crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, crimes praticados por particular contra a Administração em geral.
<b>TÓPICOS ESSENCIAIS EM DIREITO CIVIL</b>	Principiologia. Institutos. Relação jurídica. Teoria geral do Direito. Pessoas. Bens. Ato. Fato. Negócio jurídico. Prescrição. Decadência. Provas.
<b>TÓPICOS ESSENCIAIS EM DIREITO DO TRABALHO</b>	Dilemas do trabalho e do emprego na atualidade. Responsabilidade civil no Direito do Trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Alterações do contrato de trabalho. Jornada de trabalho: períodos de repouso; isonomia salarial e equiparação salarial; contratos de trabalho especiais: professor, jornalista, atleta, artista etc. Salário, remuneração e adicionais. Duração do contrato de trabalho. Contratos internacionais do trabalho. Formas de garantia de emprego. Extinção do contrato de trabalho. Organização e atuação sindical; princípios constitucionais. Unicidade, pluralidade e representatividade. Conflitos coletivos de trabalho: formas de solução e impactos nos contratos de trabalho (vigência e incorporação). Formas de participação e representação dos trabalhadores nas empresas: cooperativismo e sindicalismo. Direito de greve e abuso de greve. Atividades essenciais e responsabilidade trabalhista. Greve no serviço público. Novos desafios da atualidade: papel dos sindicatos e das centrais sindicais. Dissídio coletivo de trabalho (poder normativo, aspectos formais e processuais do dissídio coletivo, sentença normativa e ação de cumprimento). Negociação por empresa e ação anulatória de cláusula normativa.
<b>DEFESA DO CONSUMIDOR</b>	Conceitos de consumidor e fornecedor. Direitos básicos do consumidor. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço. Proteção contratual. Propaganda enganosa e abusiva. Cláusulas abusivas. Contrato de adesão. Defesa do consumidor em juízo. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Liquidação e cumprimento de sentença coletiva. Planos de saúde e as relações de consumo. Cancelamento e atraso de voo nacional ou internacional. Acidentes de consumo. Repetição de indébito. Cobrança indevida. Compra e venda. Contratos imobiliários. Covid-19 e as relações de consumo. Resilição e alteração de cláusulas contratuais. Julgados e leading cases sobre as relações de consumo.
<b>TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO</b>	Definições de negociação. Emoções. Percepção. Abordagem: ganhos mútuos. Competição x cooperação. Matriz de negociações complexas. Etapas da negociação – preparação, criação de valor, distribuição de valor e implementação. Os dez elementos. As dez formas de negociação. Os dez indicadores. Mediação. Autocomposição.



<b>MECANISMOS CONSTITUCIONAIS PARA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS</b>	A globalização como contexto de um constitucionalismo multinível. A segurança cibernética como munus de um constitucionalismo multinível. Constitucionalismo multinível. O constitucionalismo multinível aplicado aos direitos fundamentais. Transconstitucionalismo. Interconstitucionalidade. Constitucionalismo global ou societal. Constitucionalismo em rede.
<b>RESPONSABILIDADE CIVIL E DANO MORAL NO DIREITO DIGITAL</b>	Noções de responsabilidade civil. Noções de dano moral. Responsabilidade civil das redes sociais. Responsabilidade civil em moderações de conteúdo em mídias digitais e sociais. Responsabilidade civil por dano derivado de conteúdo de terceiro. Responsabilidade civil na LGPD.
<b>ARBITRAGEM (ASPECTOS PROCESSUAIS)</b>	Processo e os métodos alternativos de solução de disputas. Natureza jurídica da arbitragem. O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e a arbitragem no ordenamento jurídico brasileiro. Fundamentos da arbitragem: as partes na arbitragem, o objeto de arbitragem, árbitros (funções, poderes e deveres). Instituição da arbitragem: procedimento arbitral. Sentença arbitral. Hipóteses de intervenção do Poder Judiciário. Cooperação entre o Judiciário e a arbitragem. Ação de nulidade. Execução.
<b>LGPD E DIREITO DIGITAL</b>	Histórico regulatório da LGPD. Abrangência e aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados. Conceitos fundamentais. Diferentes características do dado pessoal. Principais papéis no processo de tratamento de dados. Princípios do tratamento de dados. Hipóteses lícitas para o tratamento de dados. Princípios da segurança da informação aplicados à LGPD. Reflexos da LGPD nas organizações públicas e privadas e nas profissões relacionadas ao Direito. Sistema de gestão de proteção de dados – SGPD.
<b>RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DE CRÉDITO</b>	Conceito de recuperação judicial. Procedimento. Espécies. Mecanismos judiciais e extrajudiciais de recuperação de crédito.
<b>DIREITO CONDOMINIAL NA ADVOCACIA</b>	Condomínio. Convenção e regimento interno. Natureza jurídica. Administração. Competência da assembleia. Sanções. Direitos. Obrigações. Time Sharing.
<b>COMPLIANCE NA ADVOCACIA – GESTÃO DE PESSOAS E ÉTICA</b>	Compliance na advocacia. Conceito. Aplicação prática. Código de ética em escritórios de advocacia. Admissão. Promoção. Demissão.
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL DA SAÚDE</b>	O direito à saúde na Constituição Federal. O direito à saúde como dever do Estado. A universalização dos serviços de saúde. Técnicas práticas de promoção do direito à saúde. A saúde e o mínimo existencial. Legislação aplicada ao direito à saúde. A resistência estatal na promoção do direito à saúde (defesa estatal). O direito constitucional à saúde e o dever do Estado de fornecer medicamentos e tratamentos. A judicialização da saúde. Responsabilidade civil.

<b>ADVOCACIA ELEITORAL</b>	Processo cível-eleitoral. Princípios processuais eleitorais. Ações cíveis eleitorais. Ação de investigação judicial eleitoral. Ação de impugnação de mandato eletivo. Representações da Lei n. 9.504/1997. Recurso contra expedição de diploma. Ação rescisória. Recursos eleitorais. Aspectos introdutórios. Procedimento recursal nos tribunais eleitorais.
<b>ADVOCACIA IMOBILIÁRIA</b>	Direito imobiliário. Conceitos. Bens. Ações. Sistema registral. Parcelamento solo. Zoneamentos. Loteamentos. Regularização fundiária. Estatuto da Cidade. Empreendimentos imobiliários. SFH. Negócios jurídicos imobiliários.
<b>ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL</b>	Noções gerais. Venda e compra. Doação. Inventário. Divórcio. Usucapião.
<b>ADVOCACIA CRIMINAL (ASPECTOS PROCESSUAIS)</b>	Do processo em geral: inquérito policial, ação penal, competência, questões e processos incidente, provas, prisões, medidas cautelares e liberdade provisória, citações e intimações. Dos processos em espécie: processos comuns, processos especiais. Das nulidades. Dos recursos em geral: recurso em sentido estrito, apelação, embargos, revisão criminal e carta testemunhável, recursos de natureza extraordinária, habeas corpus. Da execução.

# FAQ DO CURSO

## O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Privada é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Privada é um curso lato sensu. O que isso significa?

As pós-graduações lato sensu compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration). Com duração mínima de 393 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 6 de abril de 2018.

## O curso de pós-graduação em Ciências Jurídicas Aplicadas à Advocacia Privada é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para tal é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, tablet, TV, celular.

Download de materiais para estudo offline. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos off.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.





# INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

[gran.com.br](http://gran.com.br)

